



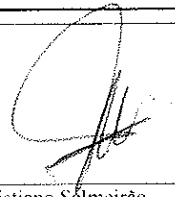
Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

MANIFESTAÇÃO AO RECURSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2017

De Acordo:



Cristiano Salmeirão
Prefeito Municipal

Birigui, 25 de setembro de 2017.

OBJETO: *“Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios industrializados destinados à Central Municipal de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação pelo período de 12 meses.”*

Cuida-se de recurso administrativo interposto pela empresa **MILK VITTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA**, CNPJ 04.252.652/0001-74 nos autos do procedimento licitatório sob referência, ante a decisão da Comissão Especial da Central Municipal de Alimentação Escolar CMAE, nomeada pela portaria nº 52/2015, responsável pela análise das amostras dos gêneros alimentícios, referentes ao Pregão nº 075/2017.

1 - SÍNTESE DAS RAZÕES DO RECURSO

Pretende a empresa **MILK VITTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA**, recorrente, em suma, que a COMISSÃO ESPECIAL responsável pela análise das amostras de gêneros alimentícios, a qual a desclassificou nos itens de nº 22 (Leite em pó integral instantâneo) e nº 23 (Leite em pó integral instantâneo enriquecido com vitaminas e sais minerais), reveja tal decisão e efetue um novo teste da 2ª amostra apresentada.

A Recorrente informa não acompanhou as análises pela certeza da aprovação, fato de ser atual fornecedora dos produtos, e que até a presente data nunca teve nenhuma reclamação





Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

ou sequer notificação a respeito da qualidade do produto da marca Romano, anexando cópia da ficha técnica bem como laudo bromatológico de análises físico químico de laboratório credenciado garantindo a integridade do produto apresentado anteriormente no certame, com o fim de contestar o parecer técnico e comprovar que o produto contempla todas as especificações exigidas no edital, questionando como é possível um agente realizar análise de um produto e alegar sabor amargo, sendo que a marca apresentada está sendo utilizada por esta Administração sem ter causado nenhuma rejeição e notificação.

Faz alegações acerca da violação ao princípio do julgamento objetivo, afirmando ser ausente a metodologia de avaliação das amostras, que será adotada para a classificação ou não dos alimentos, dando margem à subjetividade no momento do julgamento, podendo ser desclassificado um alimento que possui toda a qualidade exigida, e que o ato convocatório no momento de avaliação dos alimentos também está irregular, deixando a desejar quando não previu a metodologia de avaliação que os alimentos-amostras serão submetidos pela equipe nutricional da Alimentação Escolar, como determina a Resolução FNDE nº 38 de julho de 2009.

Informa ainda que cada ser humano tem uma sensibilidade de gostos básicos, como doce, salgado, ácido ou azedo e amargo, podendo haver diferentes resultados para cada degustador, sugerindo uma equipe de número ímpar de nutricionistas para favorecer ao desempate no julgamento do produto, se for o caso, e que no preparo, devem ser seguidas rigorosamente as instruções de preparo do alimento, com padrão de temperatura, tipo de utensílio e porcionamentos, recomendando-se servir água entre uma degustação e outra para a remoção dos sabores da boca, a fim de que seja mantida a integridade dos atributos sensoriais, característicos do produto e a imparcialidade no julgamento dos profissionais avaliadores, etc (recurso na íntegra em anexo).

2 – SÍNTESE DA MANIFESTAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS

A COMISSÃO ESPECIAL de análise das amostras, em resposta a solicitação da Sra. Pregoeira para que a mesma se manifestasse quanto as alegações da Recorrente, informou que, após realização da nova análise da segunda amostra da recorrente (item nº 22-Leite em pó integral instantâneo e nº 23-Leite em pó integral instantâneo enriquecido com vitaminas e sais minerais.) que o produto não apresentou resultados satisfatórios pelos mesmos aspectos apontados no parecer inicial em que o sabor é incompatível com o sabor esperado para um produto que atende corretamente os Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ), ressaltando que os itens em questão tem como destino principal alunos na faixa etária de 0 a 6 anos, faixa etária em que a alimentação é



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

crucial para o crescimento e desenvolvimento adequados da criança, de modo que no entendimento da comissão avaliadora, um produto que não apresenta resultado satisfatório na análise sensorias, pode repercutir em baixa aceitação pelos alunos, e assim acarretar inúmeros prejuízos na boa nutrição da criança, como também ao erário público, tendo em vista os desperdícios que podem decorrer de uma preparação pouco aceita.

Informa que quanto aos critérios utilizados para avaliação, além de estarem muito bem colocados no edital de forma clara e objetiva (item 23.9), as fichas de avaliação pressupõem as classificações (B=Bom; RE=Regular e R=Ruim), na forma de escala de Likert (Rensis Likert, 1932) já estabelecida em muitos trabalhos de pesquisa de diferentes áreas como forma de permear estudos de cunho qualitativo como é o caso dos testes de avaliação sensorial realizados, e que uma avaliação qualitativa contempla, assim como disposto no recurso, aspectos subjetivos, porém questionar a validade desses critérios é incabível, tendo em vista que a natureza dos sentidos é subjetiva.

Ressalta também que a impetrante questiona a metodologia de avaliação dos itens valendo-se da citação da Resolução do FNDE nº 38 de julho de 2009, porém tal legislação **não está mais em vigor**, foi revogada pela Resolução do FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, o que torna a argumentação da recorrente desatualizada e frágil em relação aos aspectos levantados, resolução essa que consta que “A EEx. aplicará teste de aceitabilidade aos alunos sempre que introduzir no cardápio alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente.

Informa que os testes são realizados pela equipe técnica da CMAE, com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e servidores da rede pública de ensino do município (que trabalham diretamente com os alunos), como consta no edital, entendendo a Prefeitura de Birigui, que dessa forma cada município tem o “direito de realizar os testes” necessários respeitando os princípios da análise sensorial, sendo os mesmos realizados há vários anos.

A nova análise das amostras foi realizada no dia 20/09/2017 na EM Roberto Clark, (Pça. James Mellor, 196) a partir das 08:30hs, estando presentes o CAE, representantes das escolas municipais e estaduais, as nutricionistas da CMAE Adriana Jorge Zucolotto e Gabriela Galhardo Pulzatto Borba e o Sr. Marcelo Peres, representante da empresa Milk Vitta, e, como mencionado, o resultado das amostras foi mais uma vez insatisfatório, pois apresentou características sensoriais inadequadas, além disso, ao diluir o produto houve presença de “grumos” e “pontos amarelos”, que na avaliação dos presentes ratificam que o produto não é apropriado para o fim a que se destina.



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

3 – PRELIMINARMENTE

O Recurso reúne condições de admissibilidade, pois o memorial de razão foi apresentado e protocolado na Seção de Licitações desta Prefeitura, dentro do prazo previsto e na forma prevista no referido edital.

4 – MÉRITO

O recurso será apreciado e julgado, não merecendo acolhimento as alegações trazidas pela Recorrente pelos motivos a seguir expostos:

Quanto à análise das amostras apresentadas pela Recorrente, por se tratar de análise estritamente técnica, cabe a Comissão Especial responsável por assumir a responsabilidade pela desclassificação/classificação da amostra da recorrente, emitindo relatório detalhado e objetivo, descrevendo os motivos da desclassificação.

Tal procedimento foi realizado, cumprindo os passos estabelecidos em edital e seus anexos.

Logo, se a Comissão Especial manteve a desclassificação dos itens da Recorrente, à Sra. Pregoeira não compete interferir na análise estritamente técnica da comissão, cabendo somente cumpri-la.

Isto posto, decide-se pelo conhecimento do recurso interposto pela empresa MILK VITTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, porém, no mérito, pelo seu improvimento, mantendo-se a desclassificação dos itens nº 22 e 23 do Anexo I.

Submete-se o presente expediente à Autoridade Superior, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, para que, após a sua competente decisão, devolva o expediente à Seção de Licitações para publicação do resultado na Imprensa Oficial e Jornal Local.

Renata Aparecida Natal Zago

Pregoeira Oficial